

Brasília-DF, 23 de junho de 2009

Assembleia dos servidores do INSS confirma continuação de greve

Curitiba

Fernanda Leitóles, com informações de Célio Yano Gazeta do Povo

A greve dos servidores federais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Curitiba continuará por tempo indeterminado. A decisão foi reafirmada em uma assembleia na tarde desta segunda-feira (22), na qual também foi feita uma avaliação do movimento. Sendo assim, [os servidores seguiram a determinação do comando de greve nacional](#) e não suspenderam a paralisação.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social no estado do Paraná (SindiPrevsPR) disse que 60% dos servidores estão paralisados. Já o INSS afirmou que o atendimento está normalizado em quatro das seis agências de Curitiba e região. Apenas na agência Central da capital e na de São José dos Pinhais o atendimento ainda acontecia de forma parcial.

assessoria de imprensa do INSS informou que alguns servidores federais ainda continuam em greve, mas grande parte deles já voltou ao trabalho. Para o órgão, a adesão à greve caiu, era de 10% dos servidores no início do movimento e agora gira em torno de 8%.

A presidente do sindicato, Jaqueline Mendes Gusmão, não reconhece esses números e disse que a mobilização no interior do estado também tem aumentado. Dessa forma, na terça-feira (23) serão feitas assembleias em Maringá e Campo Mourão para que os servidores dessas cidades decidam se irão entrar ou não em greve. Na quarta-feira (24) as reuniões serão em Ponta Grossa, Apucarana e Guarapuava, e ainda nessa semana acontecerá também em Jacarezinho. “A mobilização dos servidores dessas cidades só reforça a greve, que acontece em Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel”, afirmou Jaqueline.

Reunião em Brasília

Na terça-feira haverá uma reunião, em Brasília, da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) com dirigentes do INSS. No entanto, mesmo no caso de haver acordo, a greve não será suspensa de imediato. Segundo Jaqueline, assim como houve assembleia para iniciar a paralisação, tem que haver outra para que seja encerrada.

Liminar

Ainda não houve decisão sobre o recurso do sindicato à liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proibia a greve e determinava multa de R\$ 100 mil ao dia, caso a paralisação continuasse.

Greve no INSS tem semana decisiva

Servidor em Ação - A greve por tempo indeterminado dos servidores do INSS ingressa na segunda semana já sinalizando que poderá se encerrar caso a reunião marcada para hoje entre a Procuradoria da República, Direção do INSS e Fenasps chegue a um termo de acordo. Ontem a justiça federal de S. Paulo concedeu liminar em ação do Sindsprevs que

solicitava o cancelamento da colocação do Código 28 para faltas injustificadas para quem aderiu à paralisação. Essa liminar está sendo tentada também pelos demais sindicatos do Brasil. Em relação ao recurso da Fenasps contra a liminar de proibição da greve concedida pelo Superior tribunal de Justiça este deverá ser julgado ainda nesta semana. No Rio Grande do Sul algumas agências do INSS não puderam abrir pela interferência dos grevistas. Na Bahia a polícia está monitorando a greve. No Paraná, assembléia ontem definiu pela continuidade do movimento em Curitiba e também com nova adesão em Londrina. Em Santa Catarina ações do sindicato buscam novas adesões.

Fato que chama a atenção é que a grande mídia, jornais e TVs tem dado pouca repercussão ao movimento de greve e mesmo a liminar obtida em São Paulo não saiu publicada em nenhum grande jornal. Por mais que haja esforços para manter a greve na mídia esta não está ligando muito pelo simples fato das verbas publicitárias do governo terem pingado com maior intensidade neste período de greve, verdadeiro cala a boca na imprensa, movida pelas finanças oficiais.

INSS

Greve entra na segunda semana

JORNAL DO ESTADO

Das 1.110 Agências da Previdência Social (APS), 1.044 abriram na manhã de ontem. Em 893 unidades o atendimento foi normal; em 151, parcial — pelo menos um servidor parado —, e, em uma a paralisação foi total. Sessenta e cinco unidades não enviaram informações. Em Curitiba a paralisação segue parcial com 30% do efetivo prestando atendimento nas quatro agências da Capital.

Agendamento — O segurado que não conseguiu ser atendido por causa da paralisação deve remarcar o atendimento na própria agência. Um novo horário será marcado para a data mais próxima. Para efeito de concessão do benefício, será considerada a data do agendamento inicial. Os segurados que remarcarem o agendamento via Central 135 terão o início do benefício computado a partir do novo agendamento.

Assembléia em Londrina define greve na APS Shangrilá

Notpress - Na tarde desta segunda, 22, ocorreu assembléia do Comando de Greve com os servidores do INSS da APS Shangrilá e após as explicações do Comando cerca de 9 servidores aderiram ao movimento de greve já neste mesmo dia, somando-se aos 12 servidores em greve na APS Londrina Centro. Na avaliação da direção do Sindprevs a greve deve durar até que o governo se disponha a negociar com o movimento. Na mesma tarde a justiça federal concedeu Liminar ao Sindprevs de São Paulo proibindo a colocação do Código 28 – falta sem justificativa – orientação da direção geral de Brasília. Com isso, a greve em São Paulo deve receber novas adesões. Aqui no Paraná é aguardada para breve uma decisão sobre a suspensão do Código 28 pela justiça federal de Curitiba. Se isso ocorrer, avaliam os grevistas que a adesão à greve será muito maior, com diversas agências pelo estado fechando suas portas.

PONTO DO SERVIDOR – MARIA EUGÊNIA – JORNAL DE BRASÍLIA **Servidores se reúnem com comando do INSS**

A paralisação dos servidores da Previdência Social, iniciada no último dia 16, pode ganhar um novo rumo hoje, durante reunião da categoria com o presidente do INSS, Valdir Simões. Durante o encontro, intermediado pelo Ministério Público, serão discutidas as reivindicações dos servidores. Representantes do Sindprev-DF e da Fenasps exigem a manutenção da jornada de 30 horas sem redução de salário e a incorporação da GDASS ao salário. Na sexta-feira, os representantes da categoria participaram de audiência com

o procurador da República Peterson de Paula, quando pediram a intermediação das negociações entre os grevistas e o INSS. Segundo a categoria, o número de estados com servidores paralisados vai chegar a 18, com a adesão do Amapá. Já o INSS garante que o atendimento não está prejudicado. Em assembleia no último sábado, representantes de 12 estados mais o DF estabeleceram 14 orientações para intensificar e fortalecer a greve. Segundo a Fenasps, a paralisação atinge 65% dos servidores no Distrito Federal. Entretanto, o último levantamento divulgado pelo Ministério da Previdência Social, informa que das 1.110 agências da Previdência Social, 1.097 (98,83%) estão funcionando. Em 946 (85,22%) unidades o atendimento foi normal, em 151 (13,60%), parcial, com ao menos um servidor parado, e, em três (0,27%), a paralisação foi total. A Lei 11.907/09 estabeleceu a jornada de trabalho da carreira do seguro social em 40 horas semanais. Também previu a possibilidade de mudança para 30 horas, a partir de 1º junho, com devida redução proporcional na remuneração.

Derrubada liminar que impedia redução do salário

E o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal (PGF) em Mossoró (RN) conseguiu, na Justiça, reformular sentença que permitia a um servidor do INSS a indevida redução de jornada semanal de trabalho sem afetar sua remuneração. O servidor ajuizou ação contra o INSS, o gerente executivo em Mossoró e o presidente da autarquia sob o argumento de que ingressou no cargo por meio de concurso público cujo edital estipulava jornada de trabalho de 30 horas semanais e ele exerceria 40 horas. A procuradoria argumentou que o pedido do autor foi baseado apenas em normas editalícias, sem que isso tivesse qualquer previsão legal. E citou a Lei 11.907/09, que estabeleceu a jornada de trabalho da carreira do seguro social em 40 horas semanais. A 8ª Vara Federal no Rio Grande do Norte acolheu os argumentos da procuradoria e reformulou sua decisão por reconhecer que na folha de ponto assinada pelo servidor, constava a jornada de 40 horas semanais.

24 postos de SP têm atendimento prejudicado com a paralisação

Juca Guimarães - do Agora

A greve nacional do INSS, que começou na terça-feira passada, atinge 12,8% das agências no país, segundo a Previdência. De acordo com o balanço do instituto, das 1.110 agências, em 142 postos o atendimento foi parcial, isto é, havia ao menos um servidor atendendo. Em uma, na Bahia, a paralisação foi total.

No Estado de São Paulo, nenhuma agência parou totalmente ontem. Porém, em 24 dos 180 postos do Estado o atendimento era parcial --cerca de 13% do total.

De acordo com o INSS, quem foi prejudicado pela paralisação dos servidores deve remarcar o atendimento na própria agência. A nova data é marcada para daqui a dez dias.

Quem precisa de um auxílio-doença ou fazer o pedido de algum benefício e ainda não tem data marcada deve fazer o agendamento pela central 135 --que continua operante.

Os servidores querem a manutenção da jornada de 30 horas semanais. O INSS propõe uma jornada de 40 horas semanais com gratificação por desempenho.

"No início, a adesão foi de 60% dos servidores do Estado de São Paulo e, agora, estamos em 70%", afirmou José Rubens Decares, diretor do Sinsprev-SP.

A paralisação dos servidores do INSS é por tempo indeterminado.

INSS não pode pedir revisão de volta na Justiça

Juca Guimarães - do Agora

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que os valores recebidos por uma segurada que ganhou uma revisão na Justiça não devem ser devolvidos no caso de o INSS conseguir reverter a decisão.

Isso ajuda os segurados que conseguem a revisão ou a concessão de um benefício em uma instância inferior (como o juizado) e que, depois, têm a decisão revertida em uma instância superior (como o STJ). É comum os juízes de primeira instância darem a chamada tutela antecipada --ordem para que o INSS pague a revisão antes mesmo do julgamento. Atualmente, há 5,8 milhões de processos contra o INSS na Justiça Federal. No caso concreto analisado pelo tribunal, uma pensionista do Rio Grande do Sul não precisou devolver o dinheiro que recebeu do INSS enquanto esperava a decisão final de sua revisão da pensão.

A pensionista C.M.S., hoje com 80 anos, entrou com a ação de revisão do benefício, em novembro de 2005, para receber um valor equivalente ao que o marido recebia do INSS quando morreu.

A pensão era paga desde junho de 1987 e, de acordo com a lei em vigor na época, era equivalente a 50% do valor integral do benefício que era pago ao marido. Em abril de 1995, a lei foi alterada, e o valor da pensão passou a ser de 100% do valor da aposentadoria do segurado morto.

Mas quem já recebia a pensão não foi beneficiado. Por isso, muitas pensionistas que recebiam um valor menor do que 100% entraram na Justiça e conseguiram, em instâncias inferiores, a revisão.

Revisão adiantada

Na época, C.M.S tinha 76 anos de idade e entrou com uma ação. Seu advogado pediu uma antecipação do pagamento. "Como a decisão pode demorar, é comum que a pensionista peça a antecipação da ação para garantir o seu sustento", disse o advogado Antônio Celso Caetano, do escritório Caetano e Carvalho Advogados Associados.

Em fevereiro de 2007, o STF (Supremo Tribunal Federal) negou a revisão da pensão. Assim, o INSS pediu o cancelamento das decisões provisórias que garantiam a correção e cobrou das pensionistas a devolução dos valores pagos.

C.M.S teria então que devolver cerca de R\$ 33 mil. Ela entrou com um recurso. "Não houve má fé. Foi a própria Justiça que autorizou o pagamento. Além disso, o dinheiro serviu para subsistência dela, argumento aceito pelo STJ", comentou o advogado.

Na sentença de sua decisão, o ministro do STJ Og Fernandes ressaltou que "não há um motivo razoável para condenar a pensionista a restituir valores ao INSS em detrimento do seu próprio sustento".

O INSS não comentou a decisão do STJ, mas é possível entrar com um recurso da sentença no STF